

Agressões viram rotina no Senado

MEMÉLIA MOREIRA

O plenário, os corredores e as salas de comissões do Senado Federal se transformaram, nos últimos meses, em arena de luta. Aliados, adversários e até convidados, se agridem mutuamente. A tradicional expressão "nobre colega", ou a mais formal "vossa excelência", foi substituída por "palhaço", "ladrão", filho da p.... " E, em último caso, em tapas. Só nesta primeira semana de março foram registrados três casos de agressão, envolvendo os senadores Antônio Carlos Magalhães, Pedro Simon, Ney Suassuna, Roberto Requião e Luís Alberto de Oliveira, suplente do ministro da Agricultura, Andrade Vieira.

O senador baiano Antônio Carlos Magalhães, cacique do PFL, foi protagonista de dois dos três casos: contra Pedro Simon (PMDB-RS) e Ney Suassuna (PMDB-PB). Os colegas de ACM vêm observando um aumento da conhecida agressividade deste político que carrega o apelido de "Toninho Malvadeza". Em um ano, o senador de 67 anos e com pontes de safena, já agrediu sete colegas mas, a partir de agosto de 95, apontam alguns agredidos, "com a intervenção no Banco Econômico, ele se tornou mais violento".

Tapas — A violência chegou ao clímax na última terça-feira, quando Antônio Carlos acertou o rosto de Ney Suassuna, paraibano que cultiva a imagem de bonachão. ACM, até o início da crise do Econômico, escolhia seus alvos: senadores de esquerda, entre eles, Eduardo Suplicy (que já foi boxeur), Marina Silva, ambos do PT, além de Ademir Andrade, do PSB. A partir de agosto de 95, quando foi decretada a intervenção, ele se voltou também contra os colegas que com ele formam a base de sustentação do Governo no Senado, os aliados peemedebistas. No meio do caminho, sobrou também até para o brigadeiro Ivan Serpa, em 16 de janeiro passado.

"Lurdinha" — Os casos de agressão, entretanto, são antigos. Já no Rio de Janeiro, no Palácio Monroe, parlamentares andavam ostensivamente

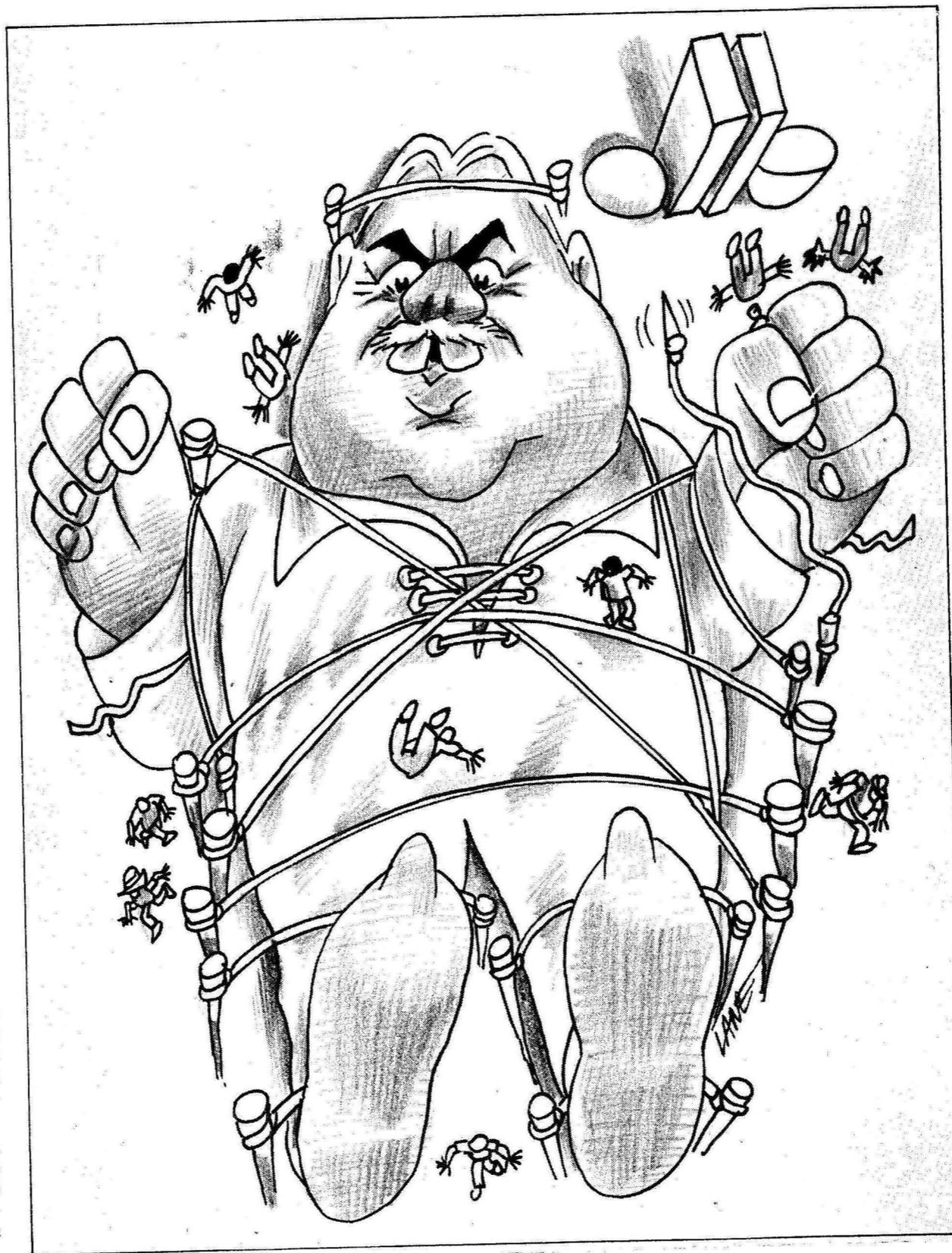
armados. O mais famoso deles foi Tenório Cavalcanti, com sua "Lurdinha", uma submetralhadora, companheira inseparável, sob a "capa preta", outra marca registrada daquele que foi um herói da Baixada Fluminense nos anos 50.

E não é só no Senado o cenário de lutas. A Câmara tem muitas histórias. Uma delas mereceu um processo fulminante de cassação, quando o deputado Jabes Rabelo, de Rondônia, que estava sendo investigado pela Corregedoria da Câmara por suspeita de envolvimento com o narcotráfico, não respeitou uma antiga tradição brasileira de não bater em mulher e acertou o rosto de sua colega Raquel Cândido. Foi a gota d'água. Semanas depois, Rabelo foi cassado em uma sessão sigilosa.

Ética — As duas casas do Congresso mantêm uma corregedoria para acompanhar os processos de falta de decoro ou ética. Na Câmara o responsável é o deputado Beto Mansur (PPB-SP) e no Senado, o ex-superintendente-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma (PSL-SP). No Senado, por enquanto, o caso está em nível de investigação. Em voz baixa, no entanto, Suassuna critica Tuma chamando-o de "omisso". O corregedor se defende dizendo que até quinta-feira passada não havia recebido qualquer queixa. Nenhuma resolução ou regimento do Senado obriga o agredido a oficializar a queixa. E o artigo 18 da resolução que criou a Comissão de Ética diz apenas que o "senador pode pedir ao presidente do Senado... que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor". O verbo poder, observa Suassuna, é diferente de dever.

Marina Silva, senadora do PT do Acre, teme pelo futuro. "Acho que estão esperando uma troca de tiros e eu vou pedir socorro porque aqui já mataram um senador do Acre no primeiro mandato".

O caso citado aconteceu em 1963, quando o senador Arnon de Mello (pai do ex-presidente Collor) tentando acertar um desafeto, Silvestre Péricles, errou a pontaria e matou o colega José Kairala, do Acre.



TSE decidirá sobre ministros em palanques

Para evitar um confronto com o Palácio do Planalto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou para o final deste mês sua decisão sobre a participação de ministros e detentores de cargos do Poder Executivo nas eleições municipais deste ano. O presidente Fernando Henrique Cardoso liberou seus auxiliares a a subir nos palanques de campanha, posição que, se acontecer, será copiada pelos governadores estaduais.

O presidente do TSE, ministro Carlos Velloso, acha que essa forma de participação pode ser interpretada como uso da máquina pública em favor de candidatos, o que é crime.

A questão será discutida no dia 27 na audiência pública que o TSE promoverá com os delegados dos partidos habilitados a participar do pleito e irá, dias depois, à decisão de plenário. Até lá, Velloso tentará um acordo com o Governo Federal. O ministro acha que os dirigentes públicos, enquanto cidadãos, podem manifestar abertamente seu apoio político, por meio de entrevistas, assinatura de manifestos e outras formas de adesão, mas jamais devem colocar o cargo a serviço de candidatos ou se engajar às campanhas.

Esta semana, o TSE baixou seis instruções para regulamentar os principais pontos das eleições municipais de 3 de outubro. Os destaques são os capítulos que tratam da prestação de contas e o que estabelece recibos de doações financeiras para as campanhas, com mecanismos rígidos de controle da origem das contribuições e sua aplicação. Os doadores serão obrigados a se identificar, fornecendo o CPF, se pessoa física, ou CGC, se pessoa jurídica. Velloso quer também criar incentivos para os doadores.